



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INDICAÇÃO DO OBJETO QUE SE PRETENDE CONTRATAR

1.1 – Registro de Preços visando à futura e eventual aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência que dele decorre.

1.2 – Justificativa da utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)

1.2.1 – A contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) em razão das seguintes especificidades: (a) impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos a serem demandados por cada Secretaria ao longo do exercício; (b) conveniência de atendimento parcelado das necessidades, de acordo com as disponibilidades orçamentárias de cada período; e (c) adequação à lógica do fornecimento contínuo e sob demanda, sem comprometimento imediato de dotação orçamentária para a totalidade dos itens registrados, em concordância com o disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais de Itamarati de Minas/MG. O mobiliário e os equipamentos objeto deste estudo são insumos essenciais à prestação dos serviços públicos municipais, contribuindo diretamente para a eficiência, a organização e a continuidade das atividades institucionais.

2.2 – Os itens de mobiliário (armários, mesas e cadeiras) são indispensáveis para a execução de rotinas administrativas cotidianas, tais como a elaboração e o arquivamento de documentos, o atendimento ao público e a organização dos espaços de trabalho. A ausência ou a insuficiência desses bens compromete a produtividade dos servidores e a qualidade dos serviços prestados à população.

2.3 – Os equipamentos de climatização (ventiladores e aparelhos de ar-condicionado) desempenham papel fundamental no suporte às condições de trabalho, proporcionando conforto térmico adequado aos servidores e usuários dos espaços públicos, com reflexos diretos na saúde ocupacional e na produtividade institucional, especialmente considerando as condições climáticas da região.

2.4 – As tendas são necessárias para a realização de eventos públicos promovidos pelo Município como feiras, festividades e ações comunitárias, garantindo infraestrutura adequada para as atividades de competência das Secretarias solicitantes.

2.5 – A aquisição via Registro de Preços permite à Administração suprir as necessidades de múltiplas Secretarias de forma planejada, economicamente eficiente e



com ampla competitividade, evitando aquisições emergenciais e fragmentadas, que tendem a ser mais onerosas e menos eficientes.

3 – ÁREAS REQUISITANTES

3.1 – São áreas requisitantes da presente contratação as seguintes Secretarias Municipais de Itamarati de Minas/MG: Secretarias Municipais de Educação; Saúde; Administração e Planejamento, Agricultura e Meio Ambiente; Assistência Social e Desenvolvimento Econômico; Cultura, Esporte e Lazer; Obras e Serviços Urbanos; Transporte e Defesa Civil; Turismo e Comércio.

4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Da natureza da contratação

4.1.1 – O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado. Em razão dessa característica, a licitação deve ser realizada preferencialmente na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

4.1.2 – O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818/2021, tratando-se de bens ordinários, amplamente disponíveis no mercado e necessários ao funcionamento regular da Administração Pública Municipal.

4.2 – Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

4.2.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovada a manutenção de preços vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 – O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, observando-se, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no Plano Plurianual, quando a execução ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.3 – Não será possível a renovação dos quantitativos registrados por ocasião de eventual prorrogação da vigência da Ata, ficando os registros limitados ao quantitativo original.

4.3 – Da sustentabilidade

4.3.1 – Os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação foram considerados na definição das especificações técnicas dos itens, em observância ao art. 11, inciso I, e ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2 – A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando a legislação ambiental vigente para a prevenção de



impactos adversos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

4.3.3 – Os produtos adquiridos deverão respeitar as normas técnicas e os princípios ambientais pertinentes, com minimização dos impactos ao meio ambiente, privilegiando, sempre que tecnicamente viável e economicamente razoável, tecnologias e materiais ecologicamente adequados, bem como a racionalização do consumo de recursos naturais.

4.3.4 – Para os itens de climatização (itens 11 e 12), é exigida a Classificação Energética "A" do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) ou equivalente, como medida de eficiência energética e redução do consumo de energia elétrica pública.

4.3.5 – Os eventuais impactos ambientais decorrentes da execução do objeto e as respectivas medidas mitigadoras encontram-se desenvolvidos no tópico 14 deste estudo.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 – Para subsidiar o presente estudo, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e os preços praticados, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 – O levantamento compreendeu consulta a fornecedores especializados no fornecimento de mobiliário e equipamentos para uso administrativo, bem como análise de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, registradas em plataformas de compras públicas (BNC, Portal de Compras do Governo Federal e outros sistemas públicos de informação).

5.3 – O levantamento evidenciou que o mercado é composto por ampla variedade de fornecedores, com bens amplamente disponíveis, produzidos em escala industrial e comercializados por distribuidores de diferentes portes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, o que assegura ambiente propício à competitividade no certame.

5.4 – Não foram identificadas alternativas de solução que melhor atendessem às necessidades da Administração com maior economicidade ou adequação técnica do que a contratação direta via Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico. A forma de contratação adotada é consistente com os modelos utilizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública para objetos similares.

5.5 – Os preços de referência utilizados para estimativa do valor da contratação foram obtidos por meio de pesquisa com, no mínimo, 03 (três) fornecedores distintos, mediante solicitação formal de orçamento e apresentação de especificações técnicas idênticas.



6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1 – A solução como um todo consiste na aquisição parcelada, mediante Registro de Preços, de mobiliário e equipamentos destinados às Secretarias Municipais de Itamarati de Minas/MG, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

6.2 – O ciclo de vida dos bens compreende as seguintes fases: (a) aquisição mediante licitação e formalização da Ata de Registro de Preços; (b) emissão de Autorizações de Fornecimento conforme a demanda de cada Secretaria; (c) entrega, recebimento provisório e recebimento definitivo dos bens; (d) utilização regular no ambiente de trabalho das Secretarias; (e) manutenção preventiva e corretiva, quando necessária, durante o período de garantia; e (f) descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil dos bens, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6.3 – Em razão da natureza dos bens, mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos de uso administrativo, não haverá necessidade de contratação de serviços contínuos de manutenção ou assistência técnica pela Administração durante a vigência da Ata, sendo tais obrigações cobertas pela garantia legal e contratual a cargo do fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e das especificações técnicas de cada item.

6.4 – Para os itens 11 e 12 (aparelhos de ar-condicionado), o preço a ser registrado inclui o fornecimento dos equipamentos e os materiais necessários à instalação. A garantia mínima exigida é de 12 (doze) meses para o conjunto e de 5 (cinco) anos para o compressor.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 – Os quantitativos estimados para a presente contratação, obtidos a partir do levantamento das necessidades de cada Secretaria Municipal, são os descritos no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	ARMÁRIO COM 4 GAVETAS DE ARQUIVO SUSPENSO Tipo: vertical; Finalidade: arquivo de pastas suspensas tamanho escritório; Gavetas: 04 (quatro) gavetas; Matéria-prima: aço chapa 22; Dimensões aproximadas: 133 cm (alt.) x 47 cm (larg.) x 71 cm (prof.); Acabamento: pintura eletrostática a pó (epóxi); Cor: cinza ou equivalente; com fechadura.	UN	10
02	ARMÁRIO 2 PORTAS	UN	04



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Quantidade de prateleiras: 04; Quantidade de portas: 02; Chapa das prateleiras: 26 (0,45 mm); Chapa das travas: 20 (0,90 mm); Dimensões (Alt. x Larg. x Prof. / cm): 198 x 90 x 40; Pintura: eletrostática epóxi; Capacidade: 30 kg por prateleira; com fechadura.		
03	MESA COM 3 GAVETAS E PÉS DE PERFIL DE FERRO Finalidade: uso funcional em ambiente de escritório; Estrutura: em aço; Tampo: madeira aglomerada revestida em melamínico, espessura mínima de 25 mm; Gaveteiro: 01 gaveteiro fixo com 3 gavetas com guias metálicas telescópicas; Dimensões: 1.400 mm x 700 mm x 750 mm (C x L x A); Acabamento metálico: pintura eletrostática a pó; Cantos do tampo arredondados conforme NR-17; sapatas niveladoras.	UN	13
04	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL ERGONÔMICA Capacidade: suporte mínimo comprovado de 150 kg; Base: estrela reforçada em aço ou alumínio com 05 rodízios; Pistão a gás Classe 3 ou 4 para ajuste de altura; Encosto: com regulagem de altura e inclinação e apoio lombar integrado; Braços: reguláveis em altura; Assento: espuma injetada de alta densidade, espessura mínima de 90 mm; Revestimento: tecido de alta resistência ou courvin de fácil limpeza; Estrutura: Tubos de aço com revestimento de polipropileno ou componentes em alumínio injetado. Conformidade com NR-17; Certificação INMETRO.	UN	13
05	MESA COM PÉS DE PERFIL DE FERRO (1,20 m x 0,60 m) Tampo: MDP ou MDF, espessura mínima de 25 mm, revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP) com bordas em PVC de 1 mm a 2 mm; Estrutura (pés): perfil de ferro (aço carbono), seção quadrada ou retangular; Acabamento metálico: tratamento anticorrosivo (fosfatização) e pintura eletrostática a pó (epóxi); Sapatas niveladoras; Cantos	UN	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
06	do tampo arredondados conforme NR-17. VENTILADOR DE PAREDE 60 CM Diâmetro: 60 cm; Hélice: 3 pás em polipropileno; Potência: mínima de 200 W; Oscilação horizontal (direita/esquerda); Inclinação vertical; Grade removível para limpeza; Tensão: 220V ou bivolt; Certificação compulsória do INMETRO.	UN	10
07	VENTILADOR DE COLUNA 60 CM Diâmetro: 60 cm; Hélice: mínimo de 6 pás em polipropileno ou metal; Potência: mínima de 200 W; Coluna telescópica ajustável; Oscilação horizontal automática e inclinação vertical; Classificação energética: Selo Procel letra "A"; Certificação compulsória do INMETRO; Tensão: 220V ou bivolt.	UN	13
08	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR (2,50 m x 1,20 m) Finalidade: reuniões, diretoria ou uso coletivo; Material: MDP ou MDF de alta densidade; Espessura do tampo: mínima de 25 mm; Acabamento: laminado melamínico de baixa pressão com fita de borda em PVC; Bordas arredondadas para ergonomia; Sapatas niveladoras para piso, possibilidade de caixas de conexão de energia/dados; Cor: cinza ou similar; Estrutura: pés em aço com pintura epóxi.	UN	01
09	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA (70 x 70 cm) Material: polipropileno virgem de alta resistência com aditivos anti-UV; Modelo monobloco empilhável; Certificação obrigatória: INMETRO; Conformidade com a norma ABNT NBR 14776.	UN	40
10	TENDA 8 x 8 METROS Estrutura: aço carbono (SAE 1008 FF); Peso aproximado: 365 kg; Acabamento: galvanizado (zinco); Solda: MIG; Dimensões montadas: 8 m x 8 m x 2,5 m (C x L x A); Cobertura: lona vinílica com PVC laminado, pigmentada em ambas as faces, black-out (filtro solar), auto extingüível, anti mofo, anti fungos,	UN	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	anti raios UV e IV, impermeável, emendas soldadas por alta frequência (vulcanização) com reforço duplo nas extremidades, fixada com cordas trançadas de polipropileno, gancho e argola.		
11	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER CONNECT 12000 BTUS FRIO 220VZ Ar Condicionado Split Inverter WindFree Connect 12000 BTUs Frio 220V Purificação eficiente do ar Conectividade Wi-Fi, Especificações Técnicas: Voltagem: 220V Tipo: Inverter Ciclo: Frio Cor: Branco Capacidade: 12.000 BTUs Classificação Energética: A Gás Refrigerante: R-32 Consumo de Energia: 703kWh por Ano Material da serpentina: Cobre Nível de ruído db Evaporadora: 43 25 Nível de ruído db Condensadora: 51 Filtro: CUHD Filter Funções: WindFree, Easy Filter Plus, Wi-Fi, ST energy, Resfriamento Rápido, Inteligencia Artificial, Autoclean, Modo Sleep, Freeze Wash, Modo Dry, Energy saving, Tecnologia Turbo, Aviso para limpar filtro Função Swing: 4 Direç790-=8ões Modos de Operação: Auto, Cool, Fan, Dry Garantia: 12 meses, 10 anos no compressor	UNID	05
12	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER CONNECT 18000 BTUS FRIO 220VZ Ar Condicionado Split Inverter WindFree Connect 18000 BTUs Frio 220V Purificação eficiente do ar Conectividade Wi-Fi, Especificações Técnicas:	UNID	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Voltagem: 220V Tipo: Inverter Ciclo: Frio Cor: Branco Capacidade: 18.000 BTUs Classificação Energética: A Gás Refrigerante: R-32 Consumo de Energia: 703kWh por Ano Material da serpentina: Cobre Nível de ruído db Evaporadora: 43 25 Nível de ruído db Condensadora: 51 Filtro: CUHD Filter Funções: WindFree, Easy Filter Plus, Wi-Fi, ST energy, Resfriamento Rápido, Inteligencia Artificial, Autoclean, Modo Sleep, Freeze Wash, Modo Dry, Energy saving, Tecnologia Turbo, Aviso para limpar filtro Função Swing: 4 Direções Modos de Operação: Auto, Cool,U Fan, Dry Garantia: 12 meses, 10 anos no compressor		
13	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE Cadeira de Metal Cromado e Couro Sintético, encosto revestido com espuma de alta densidade, apoio de Lombar com regulagem de altura. Resistência: Rodinhas indicadas para qualquer tipo de piso. Suporta o peso de até 150kgs Elevador a gás classe 3 de 80mm Especificações: Tipo de espuma: nova espuma de alta densidade Densidade da espuma: 60 kg/m ³ (assento) e 50 kg/m ³ (costas) Apoios de braços: Fixos Tipo de mecanismo: Borboleta Equilíbrio: 3~18 Assento: 50x55 cm Encosto: 46x70 cm Rodas: PU	UN	13



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Estrutura: Nylon Tamanho da roda: 50mm Bloqueio de inclinação: NÃO Apoio de braço a apoio de braço: 65 cm Altura do apoio de braço: 30cm Altura do chão assento: 45-55 cm Altura do total: 113-123 cm		

7.2 – Metodologia de cálculo dos quantitativos

7.2.1 – O dimensionamento dos quantitativos foi realizado com base no levantamento das necessidades apresentadas pelas Secretarias Municipais requisitantes para o exercício de 2026, considerando o histórico de consumo do exercício anterior e as demandas específicas identificadas em cada unidade.

7.2.2 – O quantitativo foi dimensionado para atender ao período de vigência de 1 (um) ano da Ata de Registro de Preços, admitida a prorrogação por igual período, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3 – Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a Administração não está obrigada a adquirir os quantitativos integralmente registrados. Para efeito de pagamento, somente serão considerados os bens efetivamente entregues pela Contratada e aceitos pela fiscalização, nos termos do art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 – O valor total estimado da contratação é de **R\$ 140.983,83 (Cento e quarenta mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos)**.

8.2 – O valor estimado foi apurado em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor e consulta a contratos e atas de registro de preços de outros entes públicos. As memórias de cálculo, os preços unitários de referência e os documentos que lhes dão suporte encontram-se nos autos do processo administrativo.

8.3 – O valor estimado servirá como teto máximo para aceitação das propostas no certame, podendo ser tratado como sigiloso ou tornado público, conforme definição a ser feita no Edital, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 – O valor estimado considera os preços de mercado vigentes à época da elaboração deste estudo, sem prejuízo de atualização no curso do processo licitatório, caso haja variação relevante de preços.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO



9.1 – A contratação será realizada por ITENS, em conformidade com o §2º, incisos II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

9.1.1 – O objeto é divisível, sendo cada item independente dos demais para fins de uso e fornecimento;

9.1.2 – O parcelamento por itens amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em categorias específicas de bens (ex.: fornecedores exclusivos de mobiliário, ou exclusivos de equipamentos de climatização), o que tende a resultar em melhores preços e qualidade;

9.1.3 – O parcelamento aproveita as peculiaridades do mercado local e regional, na medida em que microempresas e empresas de pequeno porte podem disputar itens individuais sem a necessidade de atender à integralidade do objeto;

9.1.4 – A divisão por itens não compromete a padronização, a qualidade ou a economia de escala, dada a natureza dos bens licitados.

9.2 – O não parcelamento global do objeto justifica-se pela diversidade de categorias dos bens (mobiliário, ventilação e climatização, tendas), que possuem mercados fornecedores distintos, tornando economicamente mais vantajosa a contratação segmentada por item.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 – Não há contratações correlatas ou interdependentes identificadas para o objeto em questão. Os bens a serem adquiridos são autossuficientes em sua finalidade e não demandam, para sua utilização regular, a contratação concomitante ou subsequente de outros bens ou serviços além dos previstos neste estudo.

10.2 – Ressalva-se que, para os itens 11 e 12 (aparelhos de ar-condicionado), poderá haver necessidade futura de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva após o encerramento do período de garantia, o que deverá ser objeto de planejamento pela Secretaria competente no momento oportuno.

11 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1 – O Município de Itamarati de Minas, com população estimada inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, não está obrigado à elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) no presente exercício, sendo tal obrigatoriedade aplicável apenas a partir de 2027 para os municípios de seu porte, nos termos da normatização federal vigente.

11.2 – Não obstante a ausência de obrigatoriedade, a presente contratação está alinhada com as diretrizes de planejamento da Administração Municipal para o exercício de 2026, tendo sido identificada pelas Secretarias requisitantes como necessidade prioritária para o adequado funcionamento dos serviços públicos municipais.



12 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS

12.1 – A presente contratação visa a atingir os seguintes resultados concretos para a Administração Municipal:

12.1.1 – Assegurar a continuidade e a eficiência das atividades administrativas de todas as Secretarias Municipais solicitantes, por meio da disponibilização adequada de mobiliário e equipamentos essenciais às rotinas de trabalho;

12.1.2 – Melhorar as condições de trabalho dos servidores municipais, com a renovação e reposição de bens em condições precárias ou insuficientes, contribuindo para a saúde ocupacional e a produtividade institucional;

12.1.3 – Promover economicidade por meio da contratação consolidada de itens de múltiplas Secretarias em um único certame, evitando aquisições fragmentadas e emergenciais, que costumam apresentar custos unitários mais elevados;

12.1.4 – Garantir ampla competitividade e transparência no processo de aquisição, por meio da realização de Pregão Eletrônico com ampla divulgação, assegurando as melhores condições de preço para o erário municipal;

12.1.5 – Otimizar o uso dos recursos orçamentários, com a adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite à Administração contratar apenas o que efetivamente for necessário ao longo da vigência da Ata, evitando o comprometimento desnecessário de dotações;

12.1.6 – Proporcionar maior conforto aos usuários dos serviços públicos municipais, por meio da adequação das condições físicas dos espaços de atendimento.

12.2 – Os benefícios esperados são diretamente proporcionais à regularidade no abastecimento dos itens requisitados e à qualidade dos bens fornecidos, aspectos que serão assegurados pelas exigências técnicas do Termo de Referência e pela fiscalização contratual a ser exercida pelas Secretarias beneficiadas.

13 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração antes da celebração do contrato ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, dado que:

13.1.1 – Não há necessidade de capacitação específica de gestores ou fiscais de contrato para o acompanhamento do fornecimento dos bens objeto desta contratação, em razão de sua natureza simples e rotineira;

13.1.2 – Não há necessidade de adequação de infraestrutura física ou tecnológica por parte da Administração como pré-condição ao início do fornecimento;

13.1.3 – Os servidores responsáveis pelo recebimento dos bens possuem condições técnicas suficientes para aferir a conformidade das entregas com as especificações do Termo de Referência.



13.2 – O gestor e o fiscal do contrato/Ata serão designados por ato administrativo próprio do Contratante antes da assinatura do instrumento, em cumprimento ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 – Em razão da natureza dos bens a serem adquiridos (mobiliário e equipamentos de uso administrativo), os impactos ambientais diretos decorrentes desta contratação são de baixa magnitude. Não obstante, os seguintes aspectos devem ser observados pela Contratada:

14.1.1 – Transporte e logística: as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do transporte dos bens até o local de entrega deverão ser minimizadas por meio do planejamento eficiente das rotas e da consolidação de cargas, sempre que possível;

14.1.2 – Embalagens: os resíduos de embalagens gerados no processo de entrega e instalação dos bens deverão ser recolhidos e destinados adequadamente pela Contratada, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

14.1.3 – Equipamentos eletroeletrônicos: os itens 11 e 12 (aparelhos de ar-condicionado) utilizam gás refrigerante R-32, de menor potencial de aquecimento global em comparação a refrigerantes mais antigos, o que representa escolha técnica alinhada à sustentabilidade ambiental;

14.1.4 – Descarte ao final da vida útil: os bens eletroeletrônicos deverão ser descartados em conformidade com a logística reversa prevista na Lei nº 12.305/2010 e nas resoluções do CONAMA aplicáveis, responsabilidade que caberá à Administração Municipal por ocasião do descarte futuro.

14.2 – A Contratada deverá conduzir todas as suas ações em conformidade com a legislação ambiental federal, estadual e municipal vigente, adotando as medidas necessárias para prevenção, minimização e mitigação de quaisquer impactos adversos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

15 – ANÁLISE DE RISCOS

15.1 – A análise de riscos da presente contratação foi desenvolvida de forma integrada aos demais elementos deste Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) de que o ETP serve, naturalmente, ao gerenciamento de riscos da futura contratação, antecipando problemas e orientando a tomada de decisão na elaboração do Termo de Referência e dos demais instrumentos do processo.

15.2 – Os principais riscos identificados e as respectivas medidas de tratamento são os seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



RISCO IDENTIFICADO	MEDIDA DE TRATAMENTO	PROBABILIDADE / IMPACTO	RESPONSÁVEL
Recusa do adjudicatário em assinar a Ata ou o contrato	Formação de cadastro de reserva; aplicação das sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021	Baixa / Alto	Agente de Contratação
Entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas	Definição de especificações técnicas objetivas no TR; recebimento provisório com verificação antes do recebimento definitivo; devolução e substituição às expensas da Contratada	Média / Alto	Fiscal do contrato
Atraso na entrega dos bens	Previsão de prazo de entrega objetivo no TR (10 dias); aplicação de multa moratória de 0,2% por dia de atraso; possibilidade de rescisão na hipótese de atraso superior a 30 dias	Média / Médio	Fiscal do contrato
Preços registrados acima do mercado ao longo da vigência da Ata	Monitoramento periódico dos preços de mercado pelo gestor da Ata; possibilidade de cancelamento do registro na hipótese de preços incompatíveis, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021	Baixa / Médio	Gestor da Ata
Irregularidade fiscal ou trabalhista superveniente do fornecedor	Verificação da manutenção das condições de habilitação a cada liquidação de despesa; notificação e concessão de prazo para regularização; rescisão contratual em	Baixa / Alto	Gestor do contrato



RISCO IDENTIFICADO	MEDIDA DE TRATAMENTO	PROBABILIDADE / IMPACTO	RESPONSÁVEL
	caso de inadimplência persistente		
Rescisão contratual unilateral pelo fornecedor	Convocação de licitantes do cadastro de reserva; instauração de processo sancionatório; nova licitação, se necessário	Baixa / Alto	Gestor do contrato

15.3 – Por se tratar de contratação de baixa complexidade operacional, envolvendo bens de uso corrente amplamente disponíveis no mercado, o nível de risco global da contratação é considerado baixo a médio, sendo os riscos identificados passíveis de controle pelos mecanismos ordinários de gestão e fiscalização contratual previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

16 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1 – Declaramos VIÁVEL a presente contratação.

16.1.1 – Justificativa da viabilidade

16.1.1.1 – O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com os requisitos previstos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e com as normas do regulamento municipal pertinente, atendendo adequadamente às demandas das Secretarias Municipais requisitantes.

16.1.1.2 – A viabilidade da contratação está fundamentada nos seguintes elementos: (a) a necessidade da contratação está devidamente identificada e justificada; (b) a solução adotada — Registro de Preços por Pregão Eletrônico, com julgamento por menor preço por item — é a mais adequada para o objeto e a mais vantajosa para o erário; (c) os quantitativos estimados são compatíveis com as necessidades levantadas pelas áreas requisitantes; (d) o valor estimado é compatível com os preços de mercado apurados; (e) os riscos envolvidos são de baixa a média probabilidade e possuem medidas de tratamento definidas; e (f) não há impedimento legal, orçamentário ou técnico que obstaculize a realização do certame.

16.1.1.3 – Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência, a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico e a subsequente formalização da Ata de Registro de Preços.

Itamarati de Minas/MG, 06 de abril de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



GISELLE FERREIRA LIZIERO BARROS

Secretária Municipal de Educação

GIOVANA FERRAZ GOMES

Secretária Municipal de Saúde

RAQUEL RODRIGUES LADEIRA TAVARES

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

LUCIANO ALVES DE MOURA

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

NICOLAS THIAGO RODRIGUES DUTRA

Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico

JOSÉ AMÉRICO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

JOSÉ CARLOS LUCAS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

TARCÍSIO EDGAR ALMEIDA MOTA

Secretário Municipal de Transportes e Defesa Civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ELAINE FERRAZ RODRIGUES

Secretária Municipal de Turismo e Comércio

DESPACHO DE APROVAÇÃO

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, considerando a necessidade e a relevância da contratação para o adequado funcionamento dos serviços públicos municipais, a conformidade do estudo com os requisitos previstos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e a suficiência das justificativas técnicas apresentadas pelas áreas requisitantes. Determino o prosseguimento do processo administrativo para a elaboração do Termo de Referência e a abertura do certame licitatório.

Itamarati de Minas/MG, 06 de abril de 2026.

CESIO JUNIOR ALVES LADEIRA

Prefeito Municipal de Itamarati de Minas/MG